

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.671.299 - PR (2014/0180760-9)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS PEREIRA DE GODOY E OUTRO(S) - PR011639
JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO E OUTRO(S) - SP029120
DENISE DE CASSIA ZILIO - SP090949
MARCO ANTÔNIO GOMES DE OLIVEIRA - PR028196
MARCELO GAIDO FERREIRA E OUTRO(S) - SP208418
RECORRENTE : DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO
PARANAPANEMA S/A
ADVOGADOS : WERNER GRAU NETO E OUTRO(S) - SP120564
VICENTE COELHO ARAÚJO E OUTRO(S) - DF013134
RECORRIDO : OS MESMOS
RECORRIDO : ANTÔNIO ARRUDA
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO FERREIRA - PR018161
MONICA RIBEIRO BONESI - PR024319
MICHELLE PINHEIRO GONÇALVES SILVA - PR032814
RECORRIDO : CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
ADVOGADO : NEI CALDERON E OUTRO(S) - SP114904

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DUKE. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS AMBIENTAIS. OBSCURIDADES. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. CONFIGURAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Consta dos autos que ANTÔNIO ARRUDA (ANTÔNIO) propôs ação de indenização por danos materiais e morais contra a COMPANHIA DE ENERGIA DE SÃO PAULO (CESP), com denunciados DUKE ENERGY INTERNACIONAL - GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A. (DUKE) e COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO (COMPANHIA), em razão da inviabilidade da continuação da pesca, em virtude da represa do Rio Paranapanema para formação dos lagos da Hidrelétrica de Canoas I e II.

O Juízo de primeira instância julgou extinto o processo em relação à CESP, e julgou parcialmente provido os demais pedidos (e-STJ, fls. 2.648/2.663).

O TJPR deu parcialmente provimento ao recurso de apelação de ANTÔNIO e negou provimento aos apelos de COMPANHIA e DUKE em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS AMBIENTAIS. CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO PARANAPANEMA. PRELIMINAR. DENÚNCIAÇÃO E CHAMAMENTO AO PROCESSO. EXTINÇÃO DO FEITO EM RELAÇÃO A REQUERIDA/"CHAMANTE". PROCEDÊNCIA PARCIAL EM FACE DA DENÚNCIADA EM SOLIDARIEDADE COM A CHAMADA. POSSIBILIDADE. MÉRITO. REDUÇÃO DA QUANTIDADE DO PESCADO DE BOA QUALIDADE. IMPACTO NEGATIVO NA LUCRATIVIDADE OBTIDA COM O PESCADO. COMPROVAÇÃO PELA PROVA PRODUZIDA. DANOS MATERIAIS/LUCROS CESSANTES EXPERIMENTADOS PELO AUTOR/PESCADOR. DANOS MORAIS. INEXISTÊNCIA. AUMENTO DA POPULAÇÃO DE PEIXE DE MENOR VALOR ECONÔMICO. CAUSA DE PEDIR QUE SE LIMITA A IMPOSSIBILIDADE DO EXERCÍCIO REGULAR DA PROFISSÃO. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA A DIREITOS DA PERSONALIDADE. RELATOR VENCIDO NESTE ASPECTO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO 2 PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSOS 1 E 3 DESPROVIDO (POR MAIORIA) (e-STJ, fls. 2.872/2.873)

Os embargos de declaração opostos por DUKE foram rejeitados (e-STJ, fls. 2.917/2.924).

Inconformada, a COMPANHIA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, aduzindo, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 77 do CPC/73; e, 186, 403 e 944 do CC/02, haja vista (1) que não possui responsabilidade solidária em razão da ilegitimidade passiva da CESP que a chamou ao processo; (2) improcedência da ação, condenando-se o Recorrido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios diante da inexistência de dano moral e dos lucros cessantes; e, (3) redução do valor dos lucros cessantes (e-STJ, fls. 2.927/2.985).

DUKE também interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, alíneas *a* e *c*, da CF, sob os argumentos de ofensa os arts. 535 do CPC/73; 3º, III e 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81; e, 944 do CC/02, bem como divergência jurisprudencial, sustentando que (1) houve negativa de prestação jurisdicional, haja vista as obscuridades existentes no aresto embargado relativas às teses de que: 1.a) a implantação da UHE não inviabilizou a atividade pesqueira; 1.b) o dever de indenizar os pescadores pressupõe a constatação de dano de ordem ambiental, na forma dos arts. 3º, III, e 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81; e, 1.c) o direito à indenização mede-se pela extensão do dano, nos termos do art. 944 do CC/02; e, (2) não existe direito individual que garanta ao pescador alteração de sua atividade, não existindo direito subjetivo sobre o rio em que se instala hidrelétrica;

Superior Tribunal de Justiça

(3) a modificação da capacidade pesqueira de um corpo hídrico, em razão de impacto ou até mesmo dano ambiental, não gera direito à indenização por danos morais; e, (4) a redução da indenização fixada a título de danos morais e materiais (e-STJ, fls. 3.022/3.088).

As contrarrazões foram apresentadas por DUKE (e-STJ, fls. 3.174/3.183).

Em juízo de admissibilidade os apelos nobres não foram admitidos (e-STJ, fls. 3.188/3.192).

Por decisões monocráticas, neguei provimento aos agravos em recursos especiais (e-STJ, fls. 3.261/3.265 e 3.288/3.290).

Interpostos agravos regimentais pela COMPANHIA e por DUKE, a e. Terceira Turma desta Corte lhes deu provimento para determinar a conversão dos agravos em recursos especiais (e-STJ, fls. 3.329/3.303 e 3.331/3.332).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso de DUKE comporta provimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O TJPR, ao analisar os embargos de declaração, deixou de se manifestar acerca das teses de que: 1.a) a implantação da UHE não inviabilizou a atividade pesqueira; 1.b) o dever de indenizar os pesqueiros pressupõe a constatação de dano de ordem ambiental, na forma dos arts. 3º, III, e 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81; e, 1.c) o direito à indenização se mede pela extensão do dano, nos termos do art. 944 do CC/02.

É condição *sine qua non* ao conhecimento do especial que as questões de direito ventiladas nas razões de recurso tenham sido analisadas pelo acórdão objurgado. Assim, recusando-se o Tribunal Estadual a se manifestar sobre as questões federais terminou por negar prestação jurisdicional à Recorrente.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MANIFESTOU SOBRE PONTO RELEVANTE PARA O DESATE DA CONTROVÉRSIA. OFENSA AO ART. 535 CONFIGURADA. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. REGULARIDADE.

1. Muito embora o acórdão recorrido tenha afastado uma a uma as preliminares arguidas pela recorrente, silenciou quanto a ponto fundamental ao desate da controvérsia no mérito, qual seja, a ocorrência de mora do devedor, apesar de instado a fazê-lo em sede de embargos de declaração, o que caracteriza violação ao art. 535, II, do CPC.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1187807/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 21/6/2012, DJe 28/6/2012)

É medida de rigor, portanto, o retorno dos autos à instância ordinária para que sane o referido vício.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial de DUKE, determinando o retorno dos autos ao Tribunal estadual para que analise questões trazidas nos embargos de declaração, como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 08 de outubro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator